

Parecer sobre o Registro da *TAVA* MIRI SÃO MIGUEL ARCANJO - LUGAR DE REFERÊNCIA CULTURAL PARA OS *GUARANI* (Processo IPHAN nº 01450.016457/2007-85).



330

Tenho a honra de submeter aos membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural parecer sobre o registro da *Tava*, Lugar de Referência para o povo Guarani como Patrimônio Cultural do Brasil, atendendo à solicitação encaminhada pela Secretaria Executiva do Conselho Consultivo, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através do Despacho nº 035/2014, em 25 de novembro de 2014.

Para a análise, recebi da Secretaria Executiva do Conselho Consultivo o Processo nº 01450.016457/2007-85 (Vol. I e II), que trata do pedido de registro do referido bem cultural de natureza imaterial, tendo como interessada a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul. O Processo tramitou seguindo os procedimentos adequados às exigências legais. Traz vasto material diversificado, como dossiê, documentação ilustrada por material fotográfico e audiovisual de excelente qualidade, memórias de encontros e entrevistas, pesquisas históricas e bibliográficas e pareceres das áreas técnicas do IPHAN. Destaco a consistência dos documentos, que compõem o Processo com informações que proporcionam a compreensão do assunto com bastante clareza.

Quero ressaltar que na elaboração deste parecer contei com a competente e dedicada colaboração da historiadora Beatriz Muniz Freire, da Superintendência do IPHAN/RS, a qual agradeço profundamente.

Como gaúcha de Caxias do Sul/RS, fui ensinada a considerar as Missões Jesuíticas dos séculos XVII e XVIII como uma realização dos jesuítas. No entanto, ao preparar esta relatoria, pude descobrir, com surpresa e encantamento, que o sítio histórico de São Miguel Arcanjo possui significados de grande importância para o povo *Guarani*, significados estes relacionados não só a seu passado, mas também ao seu presente e futuro.

No idioma *Guarani-Mbyá*, o termo *Tava* é composto da junção de ‘*ita*’ (pedra) e ‘*avá*’ (gente, humanidade), traduzindo a ideia de ‘ação humana sobre as pedras’ ou ‘construção de pedra’. Trata-se de processo de registro da *Tava*, que compreende o sítio histórico São Miguel Arcanjo, localizado no município de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, sítio que abriga os remanescentes da antiga Redução Jesuítica *Guarani*. O sítio foi constituído como patrimônio cultural pelo IPHAN, em 1938, e declarado patrimônio da humanidade, pela UNESCO, em 1983.

Como bem demonstrado no Dossiê de Registro e no Parecer nº 667, de 25 de agosto de 2014, a *Tava* em São Miguel Arcanjo, além de fazer parte das narrativas que mantêm viva a memória da trajetória dos *Guarani*, é um espaço dinâmico, em que eles estão presentes todos os dias. As ruínas da igreja e de outras estruturas do antigo aldeamento missionário concedem a essa *Tava* uma condição de singularidade, por tornar visíveis a todos certas concepções de vida dos *Guarani* e aspectos de sua relação com o sagrado. As marcas dos passos dos antigos, seus antepassados, estão gravadas nas pedras, nas imagens, no lugar. Esses antepassados, que construíram as Missões a pedido dos *Nhande Ru* – as divindades *Guarani* – seguiram sua caminhada e hoje se encontram na morada dos imperecíveis. As estruturas, por estarem em ruínas, dão testemunho de que o mundo terreno é marcado pela imperfeição e pela finitude. Ao mesmo tempo, por serem marcos da caminhada ‘dos antigos’, indicam aos *Guarani* o caminho a ser seguido, nos dias de hoje. Razão pela qual elas não devem jamais ser reconstruídas. Precisam permanecer como ruínas, como testemunhos de uma ‘mensagem verdadeira’.

A *Tava* é, também, lugar onde os *Guarani* da Aldeia *Koenju* vendem seu artesanato, participam de eventos educativos e apresentações musicais, de encontros e reuniões, enfim, realizam atividades diversas, tanto internas quanto voltadas para os não-indígenas.

Por tudo isso, a *Tava* é um espaço privilegiado para que os *Guarani* possam contar sua história, não só para seus filhos e filhas, mas também para os não-indígenas, pois o sítio recebe intensa visitação, principalmente de jovens estudantes, levados por seus professores, além de turistas de diferentes perfis (são cerca de 60 mil visitantes ao ano, 70% dos quais são estudantes do Ensino Fundamental). Visitantes que, na sua maioria, têm uma visão pouco realista e, em muitos casos, preconceituosa em relação aos povos indígenas em geral, desconhecendo sua importância na formação e na atual composição da sociedade brasileira.

WZ



Conforme assinala o brilhante Parecer dos técnicos do IPHAN/RS, Beatriz Freire e Marcus Benedeti: “(...) o processo de Registro da Tava em São Miguel Arcanjo trata de questões importantíssimas, como a relação de uma instituição do Estado brasileiro com um povo indígena que, utilizando-se dos caminhos hoje disponibilizados pela política de salvaguarda do patrimônio imaterial, vem requerer o direito de contar sua história e afirmar a profunda ligação desse bem cultural com seu modo de estar no mundo. Trata das relações entre indígenas e não-indígenas, num espaço de visitação pública, implicando em uma reflexão sobre os modos como esse bem cultural é visto por distintos sujeitos. Trata, por fim, dos esforços realizados pelos Guarani-Mbyá para vivenciarem a Tava em melhores condições e mudarem o modo como são vistos pelos não-indígenas”.

Como se verá no texto que se segue, o próprio IPHAN está revendo o modo como a história missioneira é retratada nos sítios tombados como patrimônio cultural, e foi no contexto dessa revisão que se deu o pedido de Registro da Tava. Para esclarecimento dos membros do Conselho Consultivo, farei agora uma síntese do rico conteúdo dos documentos que integram o processo de Registro em julgamento.

Início pela fundamentação histórica apresentada no Parecer nº 667/2014, que relata a constituição de um ideário sobre as Missões, no qual os indígenas são retratados como personagens secundários, e ao qual o processo de Registro da Tava oferece um contraponto. Farei, em seguida, uma breve descrição da instrução do processo de Registro e, com base no Dossiê que integra o referido processo, tratarei da caracterização da Tava como referência cultural, comentando sua complexa relação com a cosmologia e com a territorialidade *Guarani*.

1. Fundamentação histórica e o contexto do pedido de reconhecimento da Tava como lugar de referência para o povo Guarani

Conforme descrito no já citado Parecer nº 667/2014, a solicitação de Registro da Tava foi endereçada à presidência do IPHAN em setembro de 2007, por parte de doze lideranças *Guarani-Mbyá* de seis estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ e ES) e uma liderança do Paraguai, que estavam participando do *Encontro Internacional Valorização do Mundo Cultural Guarani*. O que o pedido reivindica é o reconhecimento de significados e sentidos atribuídos pelo povo *Guarani* ao sítio histórico que abriga os remanescentes da antiga Redução Jesuítico-*Guarani* de São Miguel Arcanjo.

Em 2004, a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, em parceria com a Universidade Federal daquele estado (UFRGS), havia iniciado um trabalho com comunidades *Guarani-Mbyá*, como parte do projeto de atualização do discurso institucional sobre a história missioneira, e de requalificação da exposição do Museu das Missões, datada de 1984.

O modelo interpretativo até então adotado pelo IPHAN, parcialmente baseado na historiografia sul-riograndense anterior aos anos 70, atribui a autoria do sistema missioneiro exclusivamente aos jesuítas, retratados como “(...) civilizadores, responsáveis pela introdução do gado, do arado, da escrita, das técnicas construtivas e artesanais, da estética barroca e da religião cristã na região da bacia do rio da Prata”¹, em contraposição aos indígenas, que teriam apenas “capacidade de imitação, ou, nas palavras do historiador Aurélio Porto, ‘inteligência reprodutiva’”².

Segundo essa perspectiva, os indígenas que viviam nas Reduções Jesuíticas teriam sido aprendizes habilidosos, catequizados, educados e governados pelos religiosos, desempenhando apenas um papel secundário no processo de constituição e perpetuação do sistema missionário. Com a expulsão dos jesuítas e o fim do projeto missionário, esses indígenas, supostamente cristianizados e “civilizados”, teriam se mesclado à sociedade colonial, dando origem a uma população mestiça. De acordo com essa visão, o *Guarani* missioneiro não teria descendentes vivendo como indígenas. Os demais *Guarani*, que haviam permanecido nas matas, recusando-se a viver nos aldeamentos, não teriam tido qualquer relação com o projeto missionário e suas realizações e nem mesmo contato com os *Guarani* ‘reduzidos’. Eles seriam os antepassados dos *Guarani* contemporâneos³, ou seja, os *Guarani* de hoje não teriam ligação com as Missões.

¹ Conforme FREIRE, 2007, p.120.

² Conforme TORRES, 1997:122.

³ Conforme CUSTÓDIO, 2007, p.66.



Ainda hoje, este é, em síntese, o 'retrato' que se tem dos *Guarani* missioneiros quando se visita o sítio de São Miguel Arcanjo e o Museu das Missões, nos quais quase não há contextualização histórica.

331

O Parecer nº 667/2014 chama atenção para o fato de que o tombamento de São Miguel Arcanjo, em 1938, foi motivado pela atribuição de valor artístico e arquitetônico, o que levou o IPHAN a dedicar-se arduamente à conservação dos remanescentes do antigo aldeamento, priorizando seu aspecto estético.

A presença diária dos *Guarani-Mbyá*, sentados no alpendre do museu para venda de seu artesanato, ou circulando silenciosos pelo sítio, constituía-se, em 2004, numa situação paradoxal.

A proposta de atualização desse discurso tomou por base estudos produzidos, a partir dos anos 90, nos campos da História, da Etno-História e da Antropologia, que oferecem um outro olhar sobre a experiência histórica missioneira e sobre a formação da sociedade regional, bem como outra compreensão sobre o papel dos povos indígenas nesses processos. O mesmo parecer traz uma longa fundamentação histórica, da qual destaco aqui os pontos que me parecem os mais relevantes para a avaliação do pedido de Registro submetido a este Conselho Consultivo.

- São Miguel Arcanjo foi um dos 30 aldeamentos fundados nos séculos XVII e XVIII, por religiosos da Companhia de Jesus e por indígenas de diversas etnias, sobretudo *Guarani*, num extenso território, na região do Rio da Prata, que hoje faz parte da Argentina, do Brasil e do Paraguai. A criação dos aldeamentos, conhecidos como Reduções, foi uma importante estratégia da Coroa espanhola para garantir a continuidade da colonização na América meridional, diante do alarmante decréscimo da população indígena, principal fonte de mão-de-obra, causado pela disseminação de doenças transmitidas pelos conquistadores e pela intensificação de rebeliões indígenas, motivada pela introdução da *encomienda*⁴ na região.

- As Reduções eram núcleos urbanos, ligados por caminhos, formando um complexo que contava com estâncias, ervais, capelas, currais, fontes de água, etc. Sua população podia chegar a cerca de 6.000 indígenas, com predomínio do *Guarani*, e dois a três religiosos. Geridos por lideranças indígenas e pelos religiosos, os aldeamentos não eram homogêneos, mas sim "*variações concebidas com ativa participação dos nativos, cujo sistema de organização em famílias extensas se fazia presente na divisão do espaço. Até o final do século XVII, as reduções eram compostas de estruturas singelas, desconfortáveis e multifuncionais*"⁵. As estruturas monumentais, cujas ruínas estão preservadas pela patrimonialização, seriam lentamente construídas, em meio a períodos de estabilidade e de crises.

- A população *Guarani* missioneira nunca esteve isolada. Relatos produzidos pelos jesuítas demonstram, em diversas passagens, que os *Guarani* missioneiros mantinham-se em contato com os que viviam nas matas, recorriam aos seus líderes religiosos, paradesespero dos padres, e alternavam períodos de permanência e de ausência nas Reduções, conforme sua conveniência, mantendo-se em circulação ao longo de seu território tradicional.

- O fim do sistema missioneiro decorreu da decisão das Coroas de Portugal e de Espanha de definirem as fronteiras de suas possessões, firmando o Tratado de Madri, em 1750. Segundo esse tratado, "*a Colônia do Sacramento, que era de domínio português, deveria ser trocada pelos chamados Sete Povos das Missões (os sete últimos aldeamentos que haviam sido fundados no atual território do Rio Grande do Sul)*"⁶, localizados na margem esquerda do rio Uruguai, que eram de domínio espanhol"⁷. Além das terras, também "*as lavouras, os ervais, o gado, as estâncias com suas edificações, as plantações de algodão, os templos e oficinas, deveriam ser entregues aos portugueses, que haviam sido, por décadas, inimigos ferrenhos das Missões*"⁸.

⁴ A *encomienda* era um arranjo contratual mediante o qual um *encomendero*, autorizado pela Coroa espanhola, poderia utilizar a mão de obra de indivíduos e de comunidades indígenas, em troca da obrigação de cristianizá-los.

⁵ Jean Baptista, 2009, v.1.

⁶ Os sete últimos aldeamentos fundados na região que hoje pertence ao Rio Grande do Sul : São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Luís Gonzaga (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706).

⁷ SEVERAL, 1998, p.118.

⁸ SEVERAL, 1998, p.126.



Os *Guarani* de seis dos Sete Povos se recusaram a aceitar o Tratado e enfrentaram o exército formado por forças de Portugal e de Espanha na Guerra Guaranítica (1753-1756), conflito que resultou num violento decréscimo da população nativa na região⁹. Apesar da Guerra, do decréscimo populacional e das difíceis relações posteriormente mantidas entre os *Guarani* que permaneceram na região e as autoridades portuguesas, as estruturas missionárias continuariam ocupadas ao longo do século XIX.

- Os *Guarani* permaneceram 'em trânsito', ora vivendo em pequenos ranchos, ora se ocultando nas matas, ora prestando serviços nos povoados locais¹⁰. Tal mobilidade indígena era vista pelas autoridades coloniais como 'deserção'. Posteriormente, a historiografia sul-riograndense formularia a tese do 'espaço vazio', afirmando que a população indígena havia se extinguido na região dos Sete Povos das Missões.

Com base em relatos de viajantes que percorreram a região ao longo do século XIX, estudos posteriores à década de 90 permitem afirmar que o antigo território das Missões permaneceu ocupado e que as estruturas das Reduções, ainda que em progressiva degradação, devem ser vistas como espaços em "transformação constante".

A literatura histórica recente e, de certo modo o processo de Registro da *Tava*, dão testemunho de que os ensinamentos dos jesuítas, bem como as técnicas por eles introduzidas, foram apropriadas pelos *Guarani* segundo a lógica de sua visão de mundo e de suas estratégias de autopreservação. Como, aliás, eles vêm fazendo desde os tempos dos primeiros contatos com os colonizadores.

O parecer dos técnicos do IPHAN citam, "a idealização das Missões como obra dos jesuítas, e dos indígenas como 'tábulas rasas' modeladas pelos religiosos (ou como aguerridos 'infiéis' que recusaram aquela experiência civilizatória) tornou-se senso comum e, ainda hoje, se perpetua pela educação formal." (p. 10) Exemplo impressionante é o texto produzido por estudantes do Ensino Fundamental, em 2006, após visitarem o sítio de São Miguel Arcanjo, em que se lê:

" (...) dirigidos pelos jesuítas, além de aprenderem a rezar, aprenderam também a plantar (trigo, milho, feijão, mandioca), a extrair erva-mate, a criar gado. [Nas missões eles] trabalhavam como ferreiros, pedreiros, carpinteiros, faziam até imagens de santos em madeira, instrumentos musicais e outras coisas que aprendiam com os padres"¹¹.

Outro importante exemplo de idealização das Missões é o espetáculo de som e luz, apresentado todas as noites no sítio histórico de São Miguel Arcanjo.

Finalizando essa introdução, observo que o material produzido contém uma relevante reflexão crítica sobre o modo como o IPHAN apresenta os remanescentes missionários aos visitantes, que não vou reproduzir aqui, devido ao tempo que me cabe para a relatoria.

2.0 Inventário Cultural Guarani e o processo de Registro

O projeto de atualização do discurso do IPHAN buscou formas de contar a história das Missões (e não apenas das estruturas edificadas preservadas pelo tombamento), reconhecendo o protagonismo indígena, à luz do conhecimento produzido nos campos da História, da Etno-História e da Antropologia, nas últimas três décadas. Foi nesse contexto que se deu a aproximação com os *Guarani* contemporâneos, que frequentam diariamente o sítio de São Miguel Arcanjo desde meados dos anos 1990, pois "sua presença poderia portar sentidos que o IPHAN deveria conhecer." Na ocasião, como no presente, quem visita o sítio os encontra sentados no alpendre do Museu das Missões, onde vendem seu artesanato. À noite, recolhem-se à Casa de Passagem, construída em 2005, numa das extremidades do sítio.

A presença diária dos *Guarani* no sítio data de meados da década de 1990, quando voltaram a formar aldeia em São Miguel das Missões, em uma área remanescente de mata, nas proximidades da Fonte Missionária. Essa aldeia foi formada por 16 *Guarani*, vindos da Argentina, que haviam sido expulsos pela prefeitura de *Tupanciretã*, e outros 34, que haviam acampado nas proximidades do trevo de acesso à cidade de Santa Rosa,

⁹ A população dos Sete Povos somava, aproximadamente, 30 mil indígenas.

¹⁰ Maria Cristina dos SANTOS, 2009, v. III, p. 58

¹¹ Texto elaborado em 2006, por estudantes e professores de um colégio de Porto Alegre, após visita às Missões e a partir de leitura do livro didático *Viagem pelo Rio Grande do Sul*. Disponibilizado pela internet.



em busca de seus ‘parentes *Guarani*’. Viveram cerca de dois anos no local, em situação precária. O então diretor do Museu das Missões, permitiu que os *Guarani* vendessem artesanato no interior do sítio (o que era, e ainda é, vedado aos comerciantes locais).

Valendo-se da então recente implantação da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul coordenou a realização de um Inventário Cultural (INRC), executado por equipe da Universidade Federal (UFRGS), junto à comunidade *Guarani* da Aldeia *Koenju*. A concordância dos *Guarani* para a realização do Inventário foi facilmente obtida, porque a proposta de documentação cultural ia ao encontro de um movimento que eles já vinham fazendo, no sentido de divulgarem certos aspectos de sua cultura, como forma de sensibilizar os não-indígenas e conquistar apoio para o enfrentamento de seus problemas. Tal ‘abertura’, segundo parecer já citado, era uma novidade, pois os *Guarani* sempre foram extremamente reservados diante do Estado e da sociedade envolvente.

O trabalho teve início no sítio de São Miguel Arcanjo, estendendo-se para a Aldeia *Koenju* (*Aldeia Alvorecer*), no município de São Miguel das Missões, e outras para três comunidades *Guarani-Mbyá*: a Aldeia *Porã* (*Aldeia Bela*), a Aldeia *Yryapu* (*Aldeia Murmúrio do Mar*), e a Aldeia *Anhetenguá* (*Aldeia Verdadeira*), situadas no Rio Grande do Sul, possibilitando a documentação de diferentes situações vivenciadas pelos *Guarani*, numa área de cerca de 500 km de extensão.

Segundo relatos, o Inventário documentou práticas e saberes que integram o ‘modo de vida’ *Guarani*, bem como lugares de importância destacada: o sítio de São Miguel Arcanjo, a Fonte Missioneira, as matas de São Lourenço, do Caaró e da Esquina Ezequiel; a celebração do *Nhemongarái* (cerimônia de nomeação de meninos e meninas); formas de expressão como o canto coral *jerojy* e a dança do *Tangará*, dentre outras. Conforme apontado no Inventário Cultural, algumas dessas práticas constituem-se em referências culturais cuja continuidade se encontra ameaçada pelo acesso limitado dos *Guarani* às áreas de mata e à terra¹².

A atribuição de sentidos especiais ao sítio de São Miguel Arcanjo, referido como *Tava*, apareceu nas narrativas que afirmavam que os ‘antigos *Guarani*’ já construam moradias em pedra antes da chegada dos conquistadores e que as estruturas do antigo aldeamento foram construídas a pedido de *Nanhde Ru* (*Nosso Pai*), e não dos jesuítas.

O Inventário demonstrou, também, que a presença *Guarani* na região missioneira e nas imediações da *Tava* se manteve ao longo dos anos, ainda que invisível aos olhos dos não-indígenas. Além da persistência de rotas e caminhos pré-coloniais, referidos na documentação histórica, o Inventário menciona a ocorrência de pequenos aldeamentos e de acampamentos, já no século XX, bem como a preservação do sistema de visitação mútua que faz parte da organização social dos *Guarani*.

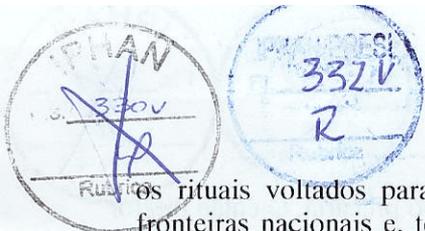
Importante mencionar que ao longo da realização do Inventário Cultural, os *Guarani* se apropriaram de conceitos do campo do patrimônio cultural com os quais o IPHAN opera, e definiram parâmetros para o reconhecimento de suas referências culturais, os quais foram apresentados no *I Encontro Patrimônio Cultural e Povos Indígenas*, realizado em dezembro de 2006, em São Miguel das Missões¹³. São três parâmetros: a ‘territorialidade livre’, a ‘natureza livre’ e o ‘respeito à dimensão do segredo’.

Por ‘territorialidade livre’ entende-se o reconhecimento, por parte da sociedade nacional, da importância que os *Guarani-Mbyá* atribuem ao trânsito pelo seu território tradicional. “*Esse trânsito articula passado e presente, pois sua prática é relacionada à caminhada dos ‘antigos’, os que atingiram a condição de aguydje (imperecibilidade), almejada por todos. Durante sua caminhada, personagens encantados, como o kexuíta e Kuaray Ru Ete, o sol, deixaram sinais para orientar os Guarani de hoje. Referências nesse sentido são encontradas tanto na literatura histórica, em texto de Montoya, quanto na antropológica, em trabalhos de Alfred Métraux e Helene Clastres, dentre outros. Topônimos e estruturas em pedra são alguns desses sinais.*”

É também por meio do trânsito que são reforçados os laços de parentesco, mantendo viva a rede étnica que se estende por um vasto território, no interior da qual se efetiva a sociabilidade *Guarani-Mbyá* e se realizam

¹² INRC Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo, Ficha de Identificação-Edificações, F30/1.

¹³ O Encontro, realizado no âmbito do INRC, reuniu cerca de 220 *Guarani* de diversas aldeias localizadas no RS e participantes vindos de comunidades situadas na Argentina, além de técnicos do IPHAN e do MinC, e representantes do Ministério Público Federal e da FUNAI.



Os rituais voltados para a 'construção da pessoa' *Mbyá*. Esse trânsito sofre limitações pela existência de fronteiras nacionais e, tem servido como argumento para a contestação da demarcação de terras para o povo *Guarani*, acusado de ser nômade, de não se fixar em lugar algum.

Trata-se, em realidade, de uma concepção original de territorialidade, a qual está baseada não na fixação, mas na mobilidade de pessoas, seres encantados e divindades. Se para a sociedade envolvente a migração tem sentido de desagregação, para os *Guarani-Mbyá* ocorre o inverso: caminhar entre as aldeias para visitar parentes, repetir os passos dos 'antigos' e fundar novas *tekoá* (aldeias) é um ato de exercício e de reforço de sua identidade. As *tekoá* são como os nós que mantêm a força da rede. Precisam existir, mas sua população muda ao sabor das migrações de indivíduos e de famílias.

A noção de 'natureza livre', contém a reivindicação de acesso aos recursos naturais que os *Guarani* consideram essenciais à reprodução de seu modo de vida (alimentos como o mel, frutos e sementes silvestres, animais, cipós e madeiras para a construção de suas casas e objetos de todo tipo). Sua relação com as matas é orientada pela concepção de que os animais e os vegetais têm 'donos espirituais', não sendo aconselhável caçar, nem coletar em excesso. Conforme narrativas mitológicas, as matas são os locais preferenciais para a formação de aldeias, pois foram destinadas aos *Guarani*, quando *Nhanderu Tenondeguá* (o criador) fez essa terra.

Por 'respeito à dimensão do segredo' entende-se a compreensão, por parte da sociedade envolvente, de que há aspectos da cultura dos *Guarani-Mbyá* que só a eles pertencem e que não devem ser documentados. Somente a eles cabe definir o que deve ser divulgado e o que deve permanecer como segredo.

Como decorrência do INRC e respondendo à necessidade de ampliar o trabalho com os *Mbyá*, abrangendo comunidades em todo o território por eles ocupado, o IPHAN elaborou o projeto *Valorização do Mundo Cultural Guarani*, apresentando-o em reuniões com o Centro Regional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (CRESPIAL) como proposta de realização de um Inventário Cultural ampliado, no Brasil, e de projetos de documentação na Argentina e no Paraguai.

Em setembro de 2007, este projeto foi debatido em reunião realizada em São Miguel das Missões, ocasião em que lideranças *Guarani* formalizaram o pedido de reconhecimento da *Tava Miri* em São Miguel Arcanjo, por meio do Registro. Posteriormente, essa denominação foi alterada pelos próprios *Guarani*.

Na 9ª Reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, realizada em 11 e 12 de fevereiro de 2008, o pedido foi julgado procedente, dando-se início ao processo de nº 01450.016457/2007-85, intitulado Registro da *Tava Miri* São Miguel Arcanjo.

Ações de salvaguarda foram realizadas já durante a realização do *INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, como resposta a importantes demandas dirigidas ao IPHAN pelos *Guarani* engajados no processo de documentação. Conforme observa o Parecer nº 667/2014, atender a tais demandas foi fundamental porque as ações realizadas, de certa forma, expressam as escolhas *Mbyá*, apresentando uma 'pauta' de práticas e saberes que devem ser preservados, e de conhecimentos não-indígenas pelos quais se interessam.

A instrução do processo de Registro da *Tava* em São Miguel Arcanjo teve início com a realização de um estudo complementar¹⁴, que demonstrou que a *Tava* articula as experiências do presente ao tempo vivido pelos 'primeiros *Guarani*'. Como se verá adiante, o advento das Missões Jesuíticas dos *Guarani* aparece, nas narrativas, reelaborado pela linguagem dos mitos, e marcado pelo protagonismo indígena.

Em 2011, ao finalizar a primeira etapa do INRC Ampliado, isto é, o Levantamento Preliminar, o CTI apresentou ao IPHAN a proposta de realizar cursos de formação de pesquisadores *Guarani*, que assumiriam o trabalho de documentação de suas práticas culturais. O resultado desses cursos foi a identificação e mapeamento de uma expressão cultural, o *Xondaro*, que é, ao mesmo tempo, uma dança, uma condição social e uma função. Em reuniões ocorridas na *Tava* em São Miguel Arcanjo é frequente a execução dessa dança, chamada pelas comunidades *Mbyá* do Rio Grande do Sul de *Tangará*.

Importante observar que a ampliação de parcerias para execução das ações possibilitou ao IPHAN ampliar, também, o acesso aos *Guarani*, contemplando mais comunidades e possibilitando aos técnicos

¹⁴ Executado pelo Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM). A equipe de pesquisa foi formada por José Otávio Catafesto de Souza, Carlos Eduardo de Moraes, Daniele Pires e Mônica Arnt.



perceberem uma diversidade de situações que afetam o cotidiano dos *Guarani* e, conseqüentemente, a continuidade de suas referências culturais. Segundo depoimento dos técnicos diretamente envolvidos na instrução do processo de Registro, as experiências de convívio, no acompanhamento das atividades, em campo, foram decisivas para a construção da relação do IPHAN com as comunidades *Mbyá*. Na medida em que se ampliava seu entendimento do universo cultural *Guarani*, os técnicos puderam relacionar, com mais segurança, informações fragmentadas, obtidas ao longo do primeiro Inventário Cultural e, assim, compreender melhor os sentidos atribuídos à *Tava* pelos *Guarani*. Além disso, puderam participar da lenta construção de modos específicos de trabalhar com esse povo indígena, respeitando-se os tempos necessários para a mútua tradução de conceitos e para que os *Guarani-Mbyá* construíssem seu conhecimento sobre o tema da patrimonialização e da salvaguarda de referências culturais.

Dando prosseguimento à instrução do processo de Registro da *Tava* em São Miguel Arcanjo, o IPHAN contratou a Organização Não Governamental Vídeo nas Aldeias para elaboração de um filme sobre a *Tava*. Os cineastas *Guarani* Sandro Ariel Ortega e Patrícia Ferreira participaram desde a elaboração do roteiro até a realização das filmagens e a edição¹⁵. Por serem os autores do filme, foi possível registrar depoimentos dos 'mais velhos', que travaram um debate sobre o modo correto de denominar a *Tava* e sobre sua importância como portadora de uma 'mensagem verdadeira'. Vários depoentes consideraram '*tava miri*' um termo inadequado, porque se refere à morada dos imperecíveis, um lugar que não é visível aos que vivem nesse mundo perecível e imperfeito. A partir desses depoimentos, ficou claro para os técnicos do IPHAN que o termo '*Tava Miri dos Mbyá-Guarani*', que consta no pedido de Registro, expressa um entendimento parcial a que se havia chegado na conclusão do *INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo (é uma tradução inadequada)*. E que seria necessário definir com os *Guarani* o título adequado para o reconhecimento de sua referência cultural.

Como conclusão da instrução do processo Registro foram realizadas reuniões com a comunidade da *Aldeia Koenju*, com a qual o trabalho havia iniciado, para apresentar aos *Guarani* o conteúdo do Dossiê de Registro, elaborado pela antropóloga Sílvia Guimarães, da Universidade de Brasília. Na ocasião, fez-se um debate sobre o título do Registro e ficou definido que o termo mais adequado para denominar o bem cultural a ser reconhecido é, simplesmente, *Tava*. Como definição da categoria de Registro que melhor expressa o valor atribuído ao bem cultural, chegou-se ao título de *Tava, Lugar de Referência para o povo Guarani*.

3. A *Tava* em São Miguel Arcanjo como referência cultural singular

Para caracterizar a *Tava* em São Miguel Arcanjo como referência cultural para o povo *Guarani* recorro, agora, ao texto de Sílvia Guimarães, autora do Dossiê de Registro, redigido com base no princípio antropológico definido por Eduardo Viveiros de Castro como "levar a sério o pensamento do outro".

Como já foi mencionado neste Parecer, o termo *Tava* é composto da junção de 'ita' (pedra) e avá (gente, humanidade), traduzindo a ideia de ação humana sobre as pedras. No caso de São Miguel Arcanjo, a denominação *Tava* abrange as ruínas e o espaço onde, no passado, houve uma grande *tekoá Guarani*, uma 'aldeia dos antigos'¹⁶. Trata-se de um espaço vivo que articula concepções relativas ao bem-viver *Guarani*, integra narrativas sobre sua trajetória como povo, e é diariamente vivenciado como lugar de atividades diversas e de aprendizado para os mais jovens.

As ruínas de São Miguel Arcanjo são 'memórias materializadas', que fazem emergir narrativas diversas entre os *Mbyá*, nas quais, como já mencionado, o advento das Missões Jesuíticas dos *Guarani* aparece como episódio incorporado a eventos míticos, e caracterizado pelo protagonismo indígena. Assim, a construção do aldeamento foi demandada por *Nhande Ru* (Nosso Pai) e realizada pelos 'antigos *Guarani*'. Para ajuda-los, *Nhande Ru* fez as pedras ficarem leves.

Os jesuítas são referidos nas narrativas, não como padres católicos, mas como *Kexuita*¹⁷, um '*Mbyá* antigo' que se encantou e se imortalizou, como todos os que participaram da construção da *Tava*, tornando-se

¹⁵ A equipe de realizadores foi composta, também, por Ernesto de Carvalho e Vincent Carelli, da OnG Vídeo nas Aldeias.

¹⁶ *INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, Ficha de Identificação-Edificações, F30/1.

¹⁷ Também referido como *Kesuíta*, *kechuíta*, *Kerusu*, *Keiruçuíta*, ou ainda *Ke'i guaçu*. *Ke'y* significa irmão; *ruçu* ou *guaçu*, 'grande' ou 'maior', nesse caso, 'irmão mais velho' ou 'irmão maior'; *ita* significa 'pedra'". Para Litaiff, o *kexuita*



um *Nhande Ru Miri*, ou seja, um ser humano que, por suas qualidades morais e seus poderes pessoais, alcançou o estado de *aguydjé* (imprecibilidade ou imortalidade).

Segundo relato de *Tito Kará ao antropólogo Aldo Litaiff*¹⁸, os *Nhande Ru Miri* refazem o percurso de *Kuaray Ru Eté, o sol*, que caminhou no *tapepoku* (rotas tradicionais *guarani*) até a beira do mar e, em seguida, atingiu a *Yvy Mara ey* (termo comumente traduzido como Terra sem Mal), deixando as ruínas como marcos, para indicarem o caminho certo para os *Guarani* ‘puros’¹⁹, que devem seguir seus passos para se juntarem às divindades. Outro depoimento, de Roque Timóteo, explica a importância das *tava* no processo de superação da condição humana, conforme história contada por seus avós:

“O *kechuíta* andou por este mundo inteiro. Saiu lá do Paraguai. (...) naquele tempo, o nosso parente vivia tudo no meio do mato. O *Mbyá* do tempo do *kechuíta* vivia mesmo como *Mbyá* ‘puro’, plantava *avati* (milho), *jety* (batata doce), *mandi’o* (mandioca), toda a classe de planta. Caçava o bichinho do mato, pescava. Só isso era nossa comida, naquele tempo. Também tem *opy* (casa de reza), com pátio grande para dançar. O *Mbyá* têm grande poder, então, porque está vivendo bem certinho como *Nhande Ru* deixou pra nós viver. Aí o *kechuíta* falou que este mundo tava marcado para terminar. Disse então que tinha que construir a ruína, pra segurar mais um pouco o mundo; pra não se acabar logo. Aí já levantou a casa de pedra. O nosso parente antigo é que levantou esta ruína que existe até hoje. (...) Daí levantou uma ruína, depois outra, outra (...) Passou na Argentina, a mesma coisa. Aqui no Brasil, a mesma coisa. Onde foi caminhando, o *kechuíta* deixou a ruína, como um rastro dele. Onde não botou a ruína, botou o nome na língua *Guarani*, por isso o lugar que tem o nome na palavra *Guarani* é tudo lugar que o *kechuíta* viveu, porque era lugar bom para viver, onde tinha mato bom, muito bichinho. Tudo isso é marca do *kechuíta*. Por isso o *Mbyá* que quer seguir como *Mbyá*, como *kechuíta*, tem que pedir pro *Nhande Ru* prá descobrir o lugar bom; se vai pedir e tá seguindo certinho como *Mbyá*, *Nhande Ru* vai mostrar algum lugar bom pra se viver.

Depois que andou por aí tudo, o *kechuíta* voltou na casa dele. Disse meu vovô, a minha vovó, que ele fez uma canoa bem pequena, de um porongo. Ninguém acreditava que ele podia cruzar o mar desse jeito. Mas ele subiu e foi (...) O lugar certinho onde ele botou o pé antes de viajar ninguém até hoje descobriu. O *Mbyá* ainda não descobriu; pode ser na costa do mar, ou na beira de algum rio. Isso temos que descobrir. Se descobrir bem certinho, o *Mbyá* também vai conseguir atravessar (...)” (DOSSIÊ, p. 68)

No já citado documentário ‘*Tava: A Casa de Pedra*’, realizado para instrução do processo de Registro em julgamento, há depoimentos que se referem aos jesuítas como ‘antigos *Mbyá*’, ou seja, eles também eram indígenas, porque, como argumenta *Verá Mirim*, de 90 anos, os *juruá* (não-indígenas) não teriam capacidade de construir a *Tava*.

Em suas narrativas, os *Guarani* mencionam a existência de várias *tava*, que estão relacionadas aos caminhos percorridos pelos seres imortais e pelos ‘antigos *Mbyá*’, cujos passos devem ser seguidos pelos *Guarani* que hoje desejam alcançar a imortalidade.

Assim, a categoria *tava* abrange as ruínas que se espalham pelo território de ocupação tradicional *Guarani* (tanto no que foi a Região Missioneira, como no litoral), e outras casas de pedra, além de elementos como acidentes geográficos, relevos, cachoeiras, ilhas, que são marcas também deixadas pelos *Nhande Ru Miri* em suas caminhadas. Em geral, elas não são visíveis, e só os *kará*, os líderes espirituais *guarani*, as identificam. Nesse sentido, as ruínas são a materialização das memórias da passagem dos *Nhande Ru Miri* pelo território *guarani*. Elas articulam, no pensamento *guarani*, os temas da territorialidade e da mobilidade. (DOSSIÊ, p. 71)

As *tava* estão, portanto, diretamente relacionadas ao trânsito *guarani*, já mencionado neste parecer como uma importante referência cultural, uma prática identitária preservada pelos *Guarani-Mbyá*, apesar das

é um personagem fronteiro, entre o mítico e o histórico, e pode ser pensado como uma síntese do antigo sistema *guarani* com a nova cultura cristã ocidental, resgatado, não como uma metáfora híbrida, mas como elemento autóctone (LITAIFF, 2009, p. 144 e 147).

¹⁸ LITAIFF, 2009: 147

¹⁹ Refere-se aos *Guarani* que vivem conforme os preceitos ditados pelos *Nhande Ru*.



adversidades que para isso enfrentam. Essa prática é necessária para que a condição humana possa ser superada, o que é o destino ideal de qualquer pessoa *Mbyá*, seja homem ou mulher. Em realidade, o tema da superação da condição humana está diretamente relacionado à definição *Guarani* de pessoa. Portanto, trata-se de uma questão existencial e de identidade.

Conforme descrito no Dossiê de Registro, a construção da 'noção de pessoa' por meio do trato da 'corporalidade' é um elemento presente nas cosmologias dos povos indígenas sul-americanos²⁰. Entre esses grupos indígenas, o processo de 'construção da pessoa' passa por um controle de seus hábitos e de suas maneiras, como uma moldagem do 'corpo' em direção a uma maior definição da condição humana. Eduardo Viveiros de Castro aprofundou essa discussão sobre a 'corporalidade' nas cosmologias indígenas sul-americanas e formulou a teoria do "perspectivismo ameríndio", de acordo com a qual o pensamento indígena, no geral, supõe uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos, e não enquadra natureza e cultura sob leis distintas. Ainda segundo o autor, no pensamento ameríndio a noção de 'corpo' não se define como 'corpo fisiológico', mas sim como os "afetos, afecções ou capacidades que singularizam cada espécie de corpo: o que ele come, como se move, como se comunica, onde vive, se é gregário ou solitário. (...)". A noção de 'corporalidade' envolve "um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *habitus*²¹."

Conforme explica Sílvia Guimarães, a cosmologia *Mbyá* situa o humano numa posição precária, instável, entre os deuses e os animais. A aspiração dos *Guarani-Mbyá* é aproximarem-se dos seres imortais, evitando o perigo de se tornarem animais²², ou uma criatura indesejada ou um não-indígena. A superação da condição humana é obtida por meio da ascese, de uma ética alimentar, da prática de cantar e dançar para os seres imortais na casa de reza, e pela prática do caminhar. A caminhada, hoje, se dá tanto pelos deslocamentos de indivíduos, famílias e, por vezes, comunidades, quanto pela adoção de condutas que expressam o bom modo de ser *Guarani*.

A busca pela morada dos seres imortais, através do caminhar, seguindo as marcas por eles deixadas – que são as *tava* – tem, portanto, importância crucial e se infunde no discurso cotidiano *Guarani*, na história e geografia ordinárias traçadas pelos grupos em movimento²³.

Essa prática remonta ao período pré-colonial. Sabe-se que os *Tupinambá* da costa migravam em busca de uma terra onde não se morria²⁴, motivados pelas profecias de grandes *xamãs*, seus líderes religiosos. Como apontado no Dossiê, com discursos arrebatadores um *xamã* conseguia reunir pessoas que seguiam as suas orientações e aceitavam ser lideradas por ele em uma migração ritual em busca da Terra sem Mal, a morada dos imortais, que é alcançada quando a pessoa consegue se encantar e transformar seu corpo mortal em um corpo imortal. A crença na possibilidade de ingressar na morada dos seres sobrenaturais, ainda com vida, formava uma grande migração²⁵. Atualmente, os *Guarani-Mbyá* realizam essas migrações ocupando o território de seus antepassados com o mesmo propósito de alcançarem a Terra sem Mal²⁶.

É nesse contexto mítico que a *Tava* em São Miguel Arcanjo deve ser compreendida. Como marca da caminhada dos antigos ela tem enorme importância. Mas, além disso, ela é única e se singulariza por sua visibilidade impactante, que a torna perceptível a todos, inclusive aos não-indígenas. Esse fato é explicado pelos *Guarani-Mbyá* como sendo a vontade de *Nhande Ru*, que a fez para ficar nesta terra, ser visível e perecível.

Conforme o Dossiê de Registro, houve um intenso debate entre os *Guarani* acerca da questão da impericibilidade da *Tava*, documentado pelo já citado filme '*Tava: A Casa de Pedra*'. Vários depoimentos afirmam que as *tava* que existem na terra não são mais do que imagens das *tava miri* (que estão nas moradas das divindades) e, portanto, são perecíveis. As *tava miri* originárias estão nas moradas celestes e sobre as grandes

²⁰ A esse respeito, Sílvia Guimarães refere-se ao texto antropológico clássico de Antony Seeger, Roberto DaMatta e Eduardo Viveiros de Castro (1979)

²¹ VIVEIROS DE CASTRO, (1996, p. 381).

²² VIVEIROS DE CASTRO, ..., appud LITAIFF, 2009, 158.

²³ Dossiê de Registro da Tava.

²⁴ Alfred Métraux, 1928:175.

²⁵ Fernandes, 1952: 64.

²⁶ Dossiê de Registro, p. 50.



matas, bem como nas bordas do mar²⁷. As *tava* que se encontram nesta terra de mortais são passíveis de destruição, e reforçam a presença dos antepassados nesta morada imperfeita, onde vivemos. Nas palavras de Mariano Aguirre, da Aldeia Koenju:

*“Tava miri a gente não vê, porque não fica nessa terra. Ela está onde a gente vê os raios. Essa tava [em São Miguel Arcanjo] é uma tava imperfeita, que a gente vê.”*²⁸

Por ser imperfeita, os não-indígenas quase a destruíram, conforme explicação de Avelino, que delinea a diferença da *Tava* em São Miguel Arcanjo em relação às demais:

“Não é tava miri, porque a tava miri de verdade não pode ser vista por qualquer um. Se fosse tava miri os brancos não tinham derrubado (...). A tava miri, nós que somos impuros não vemos ela. Agora mesmo, tem muitas tava miri nessas matas, que os brancos não destroem porque Nhande Ru não deixa.”

Portanto, as ruínas de São Miguel Arcanjo são uma *tava* imperfeita, isto é, passível de destruição pelos *juruá* (não-indígenas), e visível. Sua presença imponente atrai os olhares, impõe as marcas dos antepassados, de seus corpos imortais, e relembra aos *Guarani* a importância de viverem o bom modo de ser *Mbyá*, de seguirem sua ética e os conselhos do ‘demiurgo’ para alcançarem a imortalidade.

Por não conter matas e por ser intensamente visitada por não-indígenas, a *Tava* em São Miguel Arcanjo não é mais um bom lugar para os *Guarani* construírem aldeia. Seu papel é lembrar aos *Mbyá* quem eles são, catalisando sentimentos de pertencimento. Seguindo a vontade de *Nhande Ru*, a *Tava* torna possível contar a história dos *Guarani* também para os não-indígenas, tanto para os parceiros dos *Mbyá*, quanto para seus inimigos, que pretendem pôr fim ao bom modo de ser *guarani*. De acordo com suas narrativas, caso o povo *Guarani* tenha fim ou deixe de viver o ‘modo de ser *Mbyá*’, o ser imortal *Tupã* destruirá o mundo, novamente. Diante dessa ameaça, cabe a eles alertar a todos sobre esse perigo, contar sua história e continuar vivendo segundo os preceitos ditados por suas divindades.

A condição de visibilidade não está apenas na monumentalidade das estruturas edificadas, mas também em detalhes perceptíveis nas paredes, como as cores, o brilho, as irregularidades, que demonstram que parte do corpo dos antigos consubstanciou-se nas pedras. Aqui, Sílvia Guimarães observa que entre os *Guarani-Mbyá* a noção de corpo não se restringe ao corpo físico, mas se amplia para além dele. (DOSSIÊ, p. 71)

Como se sabe, as narrativas míticas se expressam como uma linguagem aberta, sujeita a variações e incorporação de novos elementos, na medida em que são contadas e recontadas. Nesse sentido, Daniel Pierri observa que as várias versões e debates internos entre os *Guarani* sobre as *tava* apontam sempre para um contraste entre os mundos celestes e o mundo terrestre, o qual mobiliza a oposição básica entre perecível e imperecível, mortal e imortal, que é uma oposição fundamental da sociocosmologia *Guarani-Mbyá*.

Como observa Sílvia Guimarães, essa riqueza de significados faz da *Tava* em São Miguel Arcanjo um lugar propício ao ensinamento dos jovens, cabendo aos mais velhos reforçar os valores e a ética *Guarani*, diante de uma juventude que pode se distanciar do bom modo de viver *Mbyá*.

Depoimentos nesse sentido estão documentados no Inventário Cultural Comunidade *Mbyá-Guarani*, como os do *karaí* Augustinho, e do *karaí* Adolfo Werá:

“(...) Então, por isso, às vezes tem que ter reunião [na Tava] para falarmos sobre a terra, sobre casa de reza, sobre plantação, essas coisas que nós temos que ensinar aos jovens para que eles não esqueçam. Eles têm que saber de que modo os pais, os tios e os avós adquiriram forças para falar, de quem receberam essa força. Essas coisas os jovens não podem esquecer. (...)”

“Esse lugar foi feito pelos nossos ancestrais. É um lugar de reza, para ficarmos fortes, para termos coragem. Nós estamos aqui lutando, nesse sítio, nosso lugar. Nossos ancestrais nos mandam rezar. Por

²⁷ Daniel PIERRI, 2013: 165.

²⁸ Filme ‘Tava: A Casa de Pedra’, realizado pela OnG Vídeo nas Aldeias e IPHAN.



isso trago meu neto para conhecer esse lugar. Esse lugar é verdadeiro para nós. Aqui nós lembramos dos nossos ancestrais”.²⁹

335

Portanto, conforme as palavras de Sílvia Guimarães, a Tava em São Miguel Arcanjo é um lugar onde se concentram lembranças de práticas culturais coletivas que devem ser vivenciadas. Um lugar onde diversas dimensões da vida social, articuladas e voltadas para a superação da ambiguidade da condição humana, são evocadas nas narrativas dos mais velhos. Eles devem proferir suas palavras para os mais novos e para os não-indígenas que, de alguma forma, poderiam dificultar sua presença nas ruínas e desarticular o bom modo de viver *Mbyá*. Com sua visibilidade imponente, a Tava em São Miguel Arcanjo necessita da fala *Mbyá* e de suas explicações sobre o mundo. Por isso podemos entendê-la como um lugar de referência para os *Mbyá*, a partir do qual eles pretendem contar sua história.

Encerro essa argumentação usando as palavras de Tito Karaí, conforme relatadas por Aldo Litaiff³⁰:

“A ruína é como um documento, ela é a prova que mostra tudo o que era dos Guarani. É por isso que Nhanderu Tenondegua enviou os Nhande Ru Mirim para fazer ruína, para mostrar nosso caminho, porque ele nos ama muito (...)”

4 - Justificativa para o Registro e Plano de Salvaguarda

Como justificativa do Registro da Tava e seu Plano de Salvaguarda, reporto-me ao texto do Dossiê de Registro.

“A proposta de Registro da Tava em São Miguel Arcanjo como lugar de referência para os *Guarani* implica em reconhecê-los como narradores privilegiados de um evento marcante em suas vidas. Esse evento não se resume a um projeto missioneiro colonizador, no qual os *Mbyá* aparecem em uma posição secundária com relação aos jesuítas e à sociedade dos não-indígenas, mas, sim o da construção de uma ‘casa de pedra’ singular, voltada para a superação da condição humana. Os *Nhande Ru Miri* a fizeram perecível, com o objetivo de mostrar aos *jurua*, os não-indígenas, a importância da presença do povo *Guarani* no mundo.

Nesta terra imperfeita, eles se encontram ameaçados, impedidos de viverem plenamente, seguindo os preceitos transmitidos pelas belas palavras enviadas pelos *Nhande Ru*. A visibilidade das marcas dos antepassados nas ruínas relembra o grande propósito dos *Guarani*. Eles querem subverter o posicionamento secundário que lhes foi imposto com relação à leitura deste patrimônio cultural. E é por meio da política de salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial que estão apresentando sua visão sobre a Tava em São Miguel Arcanjo.

O reconhecimento do direito de narrarem sua história na tava, vai ao encontro de outras vitórias que os *Mbyá* obtiveram, lentamente, ao longo de anos. Eles conquistaram o direito de permanecerem no sítio histórico, ou melhor, na Tava, conseguiram a construção de uma casa de passagem e a possibilidade de venderem artesanato, bem como de realizarem reuniões e apresentações. Mas, querem consolidar sua presença e fazer ouvir sua voz. Só assim será possível tê-los respeitosamente junto a um patrimônio cultural da humanidade, atendendo ao princípio que emana da Constituição Federal Brasileira de 1988, que reconhece os grupos formadores da sociedade como sujeitos legítimos das políticas de preservação.

Assim, o Registro da Tava em São Miguel Arcanjo, contemplando os sentidos que lhe são atribuídos pelos *Guarani*, se justifica, tendo em vista a profunda relação desse bem cultural com seu modo de estar no mundo, bem como com seu desejo de modificar o olhar dos visitantes sobre sua trajetória e seu direito a uma vida digna.

Temas importantes estão postos neste Registro, como o reconhecimento da identidade de um povo indígena, a transmissão de seus saberes, os esforços que realizam no sentido da mudança do modo como são vistos e considerados pelos não-indígenas e a garantia de direitos.

A história do contato dos *Guarani* com a sociedade envolvente, leva-os, hoje, a se posicionarem e demandarem do Estado Brasileiro ações políticas que garantam sua sobrevivência física e cultural. Para a

²⁹ INRC Comunidade *Mbyá-Guarani*, 2005

³⁰ LITAIFF, 2009, p.150, appud Parecer nº 667/2014, p. 44.



elaboração de um plano de salvaguarda associado ao Registro aqui proposto, definiram como elemento fundamental a adoção de sua perspectiva sobre a *Tava* no tratamento dispensado ao sítio de São Miguel Arcanjo, que assim deixará de ser o lugar de seu esquecimento, para tornar-se um lugar de pertencimento. Esse é o princípio que deverá nortear a gestão do Parque Histórico das Missões.”

5. Conclusão

Diante do exposto, recomendo com veemência a inscrição da *Tava*, Lugar de Referência para o Povo Guarani, em São Miguel Arcanjo, no **Livro de Registro de Lugares**, reconhecendo-a como Patrimônio Cultural do Brasil, como um reconhecimento devido ao povo *Guarani*, e para que possamos, todos, ouvir suas belas palavras e refletir sobre a importância da variedade da experiência humana.

Brasília-DF, 03 de Dezembro de 2014.

Carla Maria Casara

Conselheira do Conselho Consultivo do IPHAN